

CAPITALISMO, AGRICULTURA FAMILIAR E MERCADOS

Clério Plein¹

Eduardo Ernesto Filipp²

RESUMO

O objetivo do texto é fazer uma revisão de algumas abordagens sobre a agricultura familiar e seu processo de mercantilização, bem como buscar contribuições teóricas contemporâneas para compreender a relação dessa forma social de produção com os mercados. Trata-se de um ensaio teórico e como principal conclusão destacam-se as importantes contribuições da Nova Economia Institucional e da Nova Sociologia Econômica, que, através dos conceitos de instituições e enraizamento, lançam luzes sobre a relação da agricultura familiar com os mercados.

Palavras-Chave: Teoria Socioeconômica, Agricultura Familiar, Mercados, Nova Economia Institucional, Instituições, Nova Sociologia Econômica, Enraizamento.

INTRODUÇÃO

Os dados estatísticos dos dois últimos Censos Agropecuários (1996 e 2006) realizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) demonstram de forma consistente a relevância social e econômica da agricultura familiar no Brasil. Atualmente, dos 5.175.489 estabelecimentos agrícolas do país, 84,4% são familiares, ocupam 24,3% da área total, representam 74,4% das pessoas ocupadas e é responsável por 38% do Valor Bruto da Produção (BRASIL, 2009; IBGE, 2009). Por outro lado, de um ponto de vista histórico e diferentemente ao que aconteceu em outros países (como por exemplo, na Europa e nos Estados Unidos) sempre existiram muitas dúvidas sobre os atributos socioeconômicos da agricultura familiar enquanto “modelo” de desenvolvimento, sobretudo considerando qual seria o seu comportamento e seu futuro com a evolução e a consolidação do modo capitalista de produção. Essa constatação fica muito evidente pela opção do Estado brasileiro por uma “modernização conservadora” da agricultura, que privilegiou as mudanças tecnológicas em detrimento de uma alteração na estrutura fundiária do país na segunda metade do século XX.

¹ Bacharel em Economia Doméstica pela UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), mestre e doutorando em Desenvolvimento Rural pela UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Professor da UNIOESTE. Bolsista CAPES – Processo nº 1409-11-5 (Estágio de Doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Portugal)). E-mail: cleriolein@ig.com.br.

² Economista, mestre em Economia Rural e doutor em Economia Política. Professor da UFRGS. E-mail: edu_292000@yahoo.com.br.

Diante de tal contexto, o objetivo deste ensaio é fazer uma revisão de algumas das principais abordagens sobre a agricultura familiar e seu processo de mercantilização, para, enfim, lançar algumas luzes sobre uma possível abordagem teórica para analisar os processos de integração nos mercados dessa forma social de produção baseada na mão de obra familiar. Portanto, o problema de pesquisa que se coloca é: qual teoria (ou teorias) e conseqüentemente qual quadro teórico-conceitual pode dar conta de captar a complexidade dos processos de mercantilização da agricultura familiar?

O texto está dividido em três partes: na primeira será feita uma revisão de autores clássicos, revisionistas e com interpretações alternativas que se debruçaram sobre o comportamento da agricultura familiar no processo de desenvolvimento das relações capitalistas no campo; na segunda, o foco será o processo de mercantilização da agricultura familiar e seus desdobramentos no Brasil; na terceira e última parte serão abordados dois enfoques teóricos (a Nova Economia Institucional e a Nova Sociologia Econômica) que podem ser úteis para compreender os mercados da agricultura familiar.

Interpretações “Clássicas” Sobre Agricultura Familiar

No que se refere ao desenvolvimento agrário, considera-se que a tradição marxista traz contribuições universais e conjunturais; entretanto, sobre o mundo rural é limitada e parcial, uma vez que Marx não se interessou diretamente pelo mundo rural, que era considerado “o passado”. É possível sintetizar a contribuição de Marx sobre o mundo rural em três blocos: a) O capital (MARX, 1982), sobretudo o Livro I (acumulação de capital) e Livro III (renda da terra), o que representa uma interpretação econômica e tecnológica; b) O 18 de Brumário (MARX, 1978) que corresponde a uma interpretação política e conjuntural; c) Marx e os populistas russos (FERNANDES, 1982) que demonstra a incerteza de Marx em relação à Rússia e ao lugar da agricultura familiar. Entretanto, a tradição marxista está atrelada basicamente aos dois primeiros, que dão ênfase ao desaparecimento dos camponeses com o desenvolvimento do capitalismo (veja-se o texto de MITRANY, 1957), porém é no seu diálogo com os populistas russos que Marx coloca uma questão fundamental para compreender o desenvolvimento da agricultura familiar, qual seja, “as particularidades históricas”, uma vez que, aquilo que Marx observou na Inglaterra e na França, não é, necessariamente, válido para compreender a agricultura familiar em todos os contextos.

As teses marxistas clássicas apontavam para o desaparecimento da agricultura familiar com o desenvolvimento das relações capitalistas na agricultura, sobretudo nas obras de Kautsky e Lênin. Kautsky apontava a superioridade técnica do grande estabelecimento, afirmando que “quanto mais a agricultura se identifica com os padrões capitalistas, tanto mais se diferenciam qualitativamente as diferenças técnicas empregadas pelos grandes estabelecimentos das empregadas pelos pequenos” (KAUSTKY, 1986, p. 87). Lênin falava da ruína, desintegração e diferenciação camponesa, dizendo que “o processo de decomposição dos pequenos agricultores em patrões e operários agrícolas constitui a base sobre a

qual se forma o mercado interno na produção capitalista" (LENIN, 1985, p. 35).

Entretanto, constatou-se o predomínio da agricultura familiar na estrutura agrária nos países onde o modo de produção capitalista mais se desenvolveu, sobretudo no período pós-guerra (1945-1973). De acordo com Veiga (1991, p. 188), "durante o grande impulso do desenvolvimento capitalista (meados da década de 1930 ao início da década de 1970) foi a agricultura familiar que acabou se firmando em todos os países do chamado Primeiro Mundo". Para Abramovay (1992, p. 19), "é fundamentalmente sobre a base de unidades familiares de produção que se constitui a imensa prosperidade que marca a produção de alimentos e fibras nas nações mais desenvolvidas". Nas palavras de Jean (1994):

Há mais de um século, o futuro da agricultura familiar tem sido alvo de um número impressionante de especulações as mais diversas. Se muitos tomavam sua defesa, mais de um profetizava seu desaparecimento próximo, ilustrava seu processo de decomposição para dar lugar a uma forma superior ou mais evoluída de exploração agrícola, seja a fazenda capitalista para uns ou a fazenda coletiva para outros. De todos os lados tentaram nos fazer crer que sua tarefa histórica se acabava (...). Por outro lado, a produção familiar agrícola parece ter sido capaz de gerar uma curiosa capacidade de manter-se, de reproduzir-se ao longo das gerações, de adaptar-se aos movimentos da conjuntura socioeconômica e isto, independentemente dos regimes políticos, tão diferentes de norte a sul, de leste a oeste, nos quais ela foi levada a evoluir (Jean, 1994, p. 51).

Diante desse quadro, portanto, o debate passou a concentrar-se em torno da persistência, no capitalismo, das unidades agrícolas baseadas no trabalho familiar. Grosso modo, pode-se considerar como características básicas do modo de produção capitalista: i) as relações de produção se baseiam na propriedade privada dos meios de produção; ii) trata-se de uma sociedade de classes, ou seja, capitalistas (donos dos meios de produção) e assalariados (que vendem sua força de trabalho aos primeiros); iii) acumulação de capital com extração de mais-valia, sendo o objetivo a produção de mercadorias que proporcionem lucro. Porém, o camponês ou agricultor familiar era visto como "anacrônico" dentro deste sistema, pois: i) é, ao mesmo tempo, administrador, proprietário dos meios de produção e força de trabalho; ii) a produção é tanto voltada para o auto-abastecimento como para a geração de excedente. Metaforicamente, a agricultura familiar era considerada uma espécie de "ornitorrinco" dentro do sistema capitalista. Ou como afirma Jean (1994), "o agricultor moderno apresenta-se então como um personagem híbrido acumulando nele mesmo uma tríplice identidade: proprietário fundiário, empresário privado e trabalhador" (p. 53).

Para Schneider (2003), o debate marxista sobre a agricultura familiar e as relações sociais por ele engendradas permaneceu circunscrito ao seu papel econômico no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo. O desafio era investigar se a instauração do modo de produção capitalista acarretava ou não

determinadas formas de propriedade e um certo tipo de estrutura de classes. O novo desafio³ que estava lançado para o materialismo histórico era sua capacidade, ou não, de explicar a persistência da agricultura familiar. A resposta foi positiva; entretanto, os autores refutaram três ideias da teoria marxista: i) a teoria da renda da terra de Marx; ii) a teoria da diferenciação social de Lênin; iii) a ideia e/ou conceito de camponês como categoria política.

As teses neomarxistas, destacadas por Schneider (2003), dão conta de que a permanência da agricultura familiar no capitalismo se deve a duas razões: i) os obstáculos naturais ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura (Susan Mann e David Goodman); ii) as especificidades da agricultura familiar e a produção simples de mercadorias (Claude Servolin e Harriet Friedmann). Nessa revisão, Schneider (2003) destaca que: 1) De acordo com Susan Mann, em comparação com a indústria, na agricultura existe uma diferença entre tempo de trabalho e tempo de produção, bem como o problema da perecibilidade dos produtos agrícolas. Como resultado dessas características naturais, as atividades agrícolas se tornam um empreendimento de alto risco para o capital que pode optar por atividades industriais para obter mais lucro; 2) Na concepção de David Goodman, existe a incapacidade de converter a agricultura num ramo da indústria, ocorrendo, apenas, o apropriação (apropriação de elementos da produção agrícola, sua transformação em atividades agrícolas e sua reincorporação como insumos) e o substitucionismo (substituição dos alimentos agrícolas por produtos industrializados). Assim, a indústria não se apropriaria do processo produtivo agrícola, mas se tornaria fornecedora de equipamentos e insumos e processaria a matéria-prima; 3) Para Claude Servolin, ocorre a produção mercantil simples articulada com o modo de produção capitalista através da troca de mercadorias entre pequenos agricultores e as agroindústrias. A agricultura familiar significaria, portanto, uma forma interessante para o capital (urbano-industrial) possibilitando alimentos a preços baixos para a classe trabalhadora, o que representaria vantagens comparativas em relação à produção capitalista; 4) De acordo com Harriet Friedmann, nas unidades familiares (produção mercantil simples) os proprietários da força de trabalho e dos meios de produção encontram-se reunidos em uma única unidade e possuem relações de parentesco entre si: Já, na produção mercantil capitalista, implica a obtenção de mais-valia (acumulação de capital). Portanto, a produção mercantil simples busca atender, prioritariamente, aos interesses de reprodução do núcleo familiar. Portanto, para Schneider (2003), de acordo com os autores neomarxistas, o que explica a permanência da agricultura familiar no capitalismo são os obstáculos naturais e a forma de organização do trabalho e da produção. Ao contrário das teses clássicas, a agricultura familiar seria uma forma interessante para a acumulação de capital, uma vez que: i) o capitalismo só se sustenta pela acumulação de capital; ii) a agricultura familiar não visa à taxa de lucro, mas à remuneração da mão de obra familiar, conseguindo, portanto, produzir alimentos mais baratos; iii) o preço do alimento é fator essencial para o capitalista, do ponto de vista da reprodução da força de trabalho.

³ De acordo com Jean (1994, p. 52), "será necessário explicarmos por que esta agricultura, longe de ser uma forma social de organização da produção agrícola em perigo, não sendo, portanto, um anacronismo histórico, é um produto do próprio desenvolvimento da economia agrícola moderna".

Dessa breve síntese do debate sobre o lugar da agricultura familiar no interior do desenvolvimento capitalista, feita por autores marxistas e neomarxistas, destacam-se alguns elementos importantes para atender ao objetivo deste ensaio: a) é preciso pensar (analisar) a agricultura familiar dentro do sistema capitalista, que até hoje não mostrou sinais de "ruína", muito pelo contrário, tem demonstrado uma incrível capacidade de adaptação; b) se o modo de produção é capitalista, focar o entendimento dos mercados pode ser um recurso analítico interessante para compreender a reprodução social da agricultura familiar, bem como as transformações que sofre; c) as concepções marxistas clássicas que argumentam que não haveria lugar para a agricultura familiar mostraram-se equivocadas; entretanto, foi o próprio Marx que alertou para as "particularidades", uma questão esquecida por muitos de seus seguidores; d) a contribuição dos autores neomarxistas traz elementos significativos para a análise, ou seja, permanece a ênfase nas condições materiais em que ocorre a reprodução social da agricultura familiar; porém, considera-se os obstáculos naturais e as vantagens da mão de obra familiar para o desenvolvimento da sociedade capitalista.

Para Marx, Lenin e Kautsky, em função da lógica de expansão do capitalismo na agricultura, as formas não capitalistas como a agricultura familiar seriam, inevitavelmente, eliminadas. A perspectiva de Chayanov (1974) se contrapõe a essa abordagem. Ao invés de considerar a lógica capitalista (macro), formula uma perspectiva analítica que parte da lógica da família do agricultor (micro), ou seja, estuda a morfologia da unidade econômica camponesa, argumentando que os agricultores possuem uma racionalidade própria (fortemente baseada na relação trabalho e consumo), estabelecendo estratégias de reprodução. Portanto, os agricultores não são simplesmente "vítimas" das leis do capitalismo; pelo contrário, eles reagem ao processo e buscam alternativas.

Outro autor que apresenta elementos importantes para compreender os camponeses é Mendras. De acordo com Mendras (1978), "uma sociedade camponesa é um conjunto relativamente autônomo no seio de uma sociedade global mais larga". O autor, aponta cinco traços básicos do que seria um tipo ideal de sociedade camponesa. Esses traços são relacionados entre si e formam um modelo geral.

1. A autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente que as domina mas tolera as suas originalidades.
2. A importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e da vida social da coletividade.
3. Um sistema econômico de autarcia relativa e que tem relações com a economia envolvente.
4. Uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e de relações débeis com as coletividades circunvizinhas.
5. A função decisiva do papel dos notáveis entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente (Mendras, 1978, p. 14-5).

Entretanto, uma das características que distingue o campesinato europeu do campesinato americano, já apontada por Weber (1974), é que na América, o mercado foi anterior ao campesinato, ou seja, o agricultor sempre produziu para o mercado.

Ele é totalmente diferente do agricultor da Inglaterra ou da América. O primeiro é hoje, por vezes, um empresário e produtor notável para o mercado; quase sempre, alugou a sua propriedade. O fazendeiro americano é um agricultor que habitualmente adquiriu, pela compra ou por ser o primeiro colonizador, a terra como sua propriedade pessoal; mas por vezes a aluga. **Na América, o agricultor produz para o mercado. O mercado é mais antigo do que ele na América.** O camponês europeu do tipo antigo era um homem que, na maioria dos casos, herdou a terra e produzia principalmente para atender às suas próprias necessidades. Na Europa, o mercado é mais novo do que o produtor. É claro que durante muitos anos o camponês vendeu seus excedentes e, embora tecesse e fiasse, não podia satisfazer a suas necessidades com o seu próprio trabalho. Os últimos dois mil anos não treinaram o camponês para produzir visando ao lucro (WEBER, 1974, p. 415). Grifos nossos.

Porém, essa relação dos colonos com o mercado possuía algumas particularidades. Nesse sentido, uma contribuição para entender esse processo é a de Ellis (1988), que considera que os camponeses se caracterizam pela sua inserção parcial em mercados incompletos. Para a autora, existem cinco aspectos que caracterizam a parcialidade e a imperfeição desses mercados. Em primeiro lugar, os mercados de capitais e crédito, são fragmentários ou inexistentes, sendo o crédito obtido de fontes locais e ligado a condições pessoais de dominação dos proprietários de terras e/ou dos comerciantes sobre os camponeses. Segundo, não é num quadro competitivo que os camponeses têm acesso a insumos de origem industrial necessários a sua produção. Terceiro, as informações sobre a situação de mercado são pobres e erráticas, reforçando a dependência entre o camponês e os comerciantes locais. Além disso, os critérios de ocupação e transferência de terras submetem-se às regras estabelecidas no âmbito da comunidade local. Finalmente, as dificuldades de transporte e de comunicação, reforçam o poder dos comerciantes locais sobre os camponeses.

Invertendo a ótica da análise, percebe-se, com base nesses autores, que a agricultura familiar possui lógicas próprias; entretanto, à medida que estabelece relações com os mercados, essa lógica vai sofrendo transformações, conforme o próprio Chayanov (1974) já chamava atenção. Esse autor aponta para a transformação da economia camponesa quando é amplamente baseada nas transações mercantis:

As atividades na unidade de exploração adquirem um caráter totalmente distinto quando esta ingressa na esfera da **circulação de dinheiro e mercadorias**. A atividade econômica perde sua matriz qualitativa. Agora as demandas podem satisfazer-se mediante compras; o interesse pela "quantidade" – obtenção da maior quantidade que, ao ser

intercambiada, pode tomar qualquer forma “qualitativa” necessária para cobrir as necessidades familiares – passa agora à frente. Ao desenvolver sua natureza monetária, a “quantidade” obtida vai se liberando cada vez mais da “qualidade” e começa a adquirir o caráter abstrato de “valor”. [...] ao desenvolver-se a natureza produtora de mercadorias na unidade de exploração, a organização desta em um sistema monetário, totalmente estabelecido pelas necessidades de consumo da família, começa a receber cada vez mais a **influência da situação do mercado** no que diz respeito à composição da unidade, e as necessidades de consumo somente continuaram pressionando para determinar o volume total da atividade (Chayanov, 1974, p. 140-1). Tradução livre. Grifos nossos.

De acordo com Chayanoy (1974), para que a agricultura ingresse no sistema capitalista mais geral não é necessária a criação de unidades de produção muito grandes, organizadas ao modo capitalista sobre a base da força de trabalho assalariada. A agricultura, saindo de uma existência seminatural, se submete ao capitalismo comercial. Muitas vezes está sob a forma de empresas comerciais em grande escala, que conduzem massas dispersas de unidades econômicas camponesas à sua esfera de influência e vinculam com o mercado estes produtores de mercadorias em pequena escala, para subordiná-los economicamente. De acordo com Chayanov,

Estes **vínculos comerciais** que convertem a exploração familiar natural isolada em uma pequena produtora de mercadorias são sempre as primeiras maneiras de organizar as unidades econômicas camponesas dispersas e de abrir as primeiras vias de penetração às relações capitalistas no campo. Mediante essas conexões, cada pequena empresa camponesa se converte em uma parte orgânica da economia mundial, experimenta em si mesma os efeitos da vida econômica geral do mundo, é poderosamente dirigida em sua organização pelas demandas econômicas do mundo capitalista e, por sua vez, junto com milhões semelhantes a ela, afeta todo o sistema da economia mundial (Chayanov, 1974, p. 306). Tradução livre. Grifos nossos.

Qual o aprendizado com esses autores alternativos ao marxismo? a) a análise da agricultura familiar precisa considerar, além dos processos mais gerais que dizem respeito às lógicas do capitalismo, as lógicas das famílias camponesas, como destacam Chayanov, Mendras e Ellis; b) essas lógicas possuem outra racionalidade; entretanto, vão sofrendo influências externas à medida que estabelece relações mercantis; c) a contribuição de Weber é central ao apontar a existência do mercado como sendo anterior ao campesinato na América, o que reforça nossa tentativa de compreender a reprodução social da agricultura familiar via mercados; d) através da relação com os mercados a reprodução social da agricultura familiar passa a sofrer influências externas, que vão modificando a sua dinâmica, conforme será analisado na próxima parte.

Metamorfoses e Mercantilização da Agricultura Familiar

No Brasil, o debate sobre a agricultura familiar ganha força a partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, sendo que a emergência da expressão "agricultura familiar" parece ocorrer, simultaneamente, nas esferas política e acadêmica (Plein, 2003). No cenário político, os movimentos sociais, ligados à agricultura familiar, ganham maior espaço com o processo de abertura comercial e econômica iniciado pelo Governo Collor. Esses movimentos procuram discutir sobre o espaço e o papel dos pequenos produtores rurais, principalmente da região Sul do Brasil, no processo de integração comercial e econômica dos países que formam o Mercosul. A legitimação, perante o Estado, ocorre em meados dos anos 1990, especialmente com os dados do Censo Agropecuário de 1996 e a criação de uma política específica para este segmento da agricultura brasileira, o PRONAF (Plein; Schneider, 2003). Segundo Schneider (1999), no ambiente acadêmico, os trabalhos de Veiga (1991), Abramovay (1992) e Lamarche (1993, 1999), "mostraram que a agricultura familiar é uma forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos", reconhecendo a importância dessa temática.

Apesar de a noção "agricultura familiar" ser recente no Brasil, as categorias sociais que ela pretende identificar não são novas. De acordo com Porto e Siqueira (1994) no período de 1950 a 1970 falava-se em campesinato que era um conceito carregado de conteúdo político e ideológico. A partir de 1970, a discussão centrava-se em torno do conceito de pequena produção ou produtores de baixa renda, tendo em vista as transformações políticas do Estado brasileiro e o processo conhecido como "modernização conservadora". Havia ainda a discussão em torno da funcionalidade da agricultura para o desenvolvimento urbano-industrial do país. Já a partir dos anos 1980, o debate sobre a pequena produção ganha uma certa classificação, entre integrados, excluídos e subsistência. Entre os excluídos, a discussão centra-se em torno dos sem-terra, parceiros, meeiros, trabalhadores temporários, posseiros, agregados e moradores. Nos anos 1990 o estudo da FAO/INCRA (1996) também classifica os agricultores familiares entre consolidados, em transição e periféricos, de acordo com as suas rendas.

Atualmente, não existe um consenso em relação à definição de agricultura familiar; entretanto, a argumentação de Abramovay (1997) parece bastante apropriada, destacando alguns aspectos relevantes.

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de parentesco. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas (Abramovay, 1997, p. 03).

A discussão sobre agricultura familiar é recente no Brasil. Porém uma contribuição original foi a de Abramovay (1992) que, seguindo autores como Redfield, Shanin, Ellis, Mendras, entre outros, foi o primeiro no Brasil a distinguir o campesinato, também denominado de sociedades camponesas, da agricultura familiar. O autor demonstrou que a agricultura familiar é oriunda do campesinato. No entanto, ela representa uma forma de organização do trabalho e da produção bastante distinta, em função da sua crescente integração aos mercados. Isso não significa que a agricultura familiar seja algo inteiramente distinto ou completamente diferente. Ao contrário, a agricultura familiar tem as suas origens históricas no campesinato; porém ela é uma superação das formas camponesas. A rigor, o campesinato representa um modo de vida, e, quanto mais esse modo de vida vai sendo transformado pela sua crescente interação com a sociedade capitalista, vai levar ao desaparecimento desse modo de vida e ao surgimento de uma agricultura familiar "mercantilizada". De acordo com Abramovay (1992):

As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis. Tão logo os mecanismos de preços adquiram a função de arbitrar decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços sociais perderão inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter camponês da organização social (p. 117).

Nesse sentido, o que parece ter contribuído para a "ruptura" entre a agricultura camponesa e a agricultura familiar foi a crescente mercantilização. Essa crescente integração aos mercados acabou levando as decisões "para fora da porteira", aumentando a integração dos agricultores à sociedade capitalista. Abramovay (1992), referindo-se ao caso dos camponeses do Sul do Brasil, afirma que esses:

(...) integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformando não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social. *De camponeses, tornam-se agricultores profissionais*. Aquilo que antes era um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira universal como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições da reprodução social (p. 126-7). Grifos no original.

De acordo com Ploeg (1992), o processo de trabalho agrícola, através da crescente mercantilização, torna a reprodução, que era autônoma (agricultura camponesa), cada vez mais externalizada e dependente do mercado (agricultura familiar), conforme figura 01. Observando a figura, verifica-se que a produção para o mercado passa a comandar todo o processo produtivo. Essa produção para o mercado (que para os camponeses era mais esporádica e com a venda de alguns excedentes) aumenta cada vez mais. Por outro lado, os fatores de produção também precisam ser adquiridos fora da propriedade. A expressão mais clara disso são as novas tecnologias que vêm em forma de "pacote" com o processo de modernização da agricultura. Fecha-se um círculo, onde a produção depende, crescentemente, da venda para o mercado, bem como da compra dos fatores de produção, como sementes, adubo, pesticidas, máquinas e ferramentas. Para Ploeg:

O resultado deste processo é uma **divisão crescente do trabalho** entre indústria e agricultura, assim como, entre diferentes unidades produtivas no interior do sistema agrícola. Porém, em contraste com a indústria, onde uma parte considerável da especialização crescente e da divisão do trabalho têm lugar no interior da fábrica (e portanto não implica um aumento importante na troca mercantil), o desenvolvimento agrícola implica um processo de **externalização** que gera uma multiplicação das relações mercantis. As tarefas que foram organizadas e coordenadas inicialmente, sob o mando do próprio agricultor, hão de ser coordenadas agora mediante o intercâmbio mercantil e por meio do sistema recém estabelecido das **relações técnico-administrativas**. Esta externalização crescente, não somente afeta as atividades de produção, mas resulta também numa transformação completa do processo de reprodução (Ploeg, 1992, p. 169-70). Tradução livre. Grifos nossos.

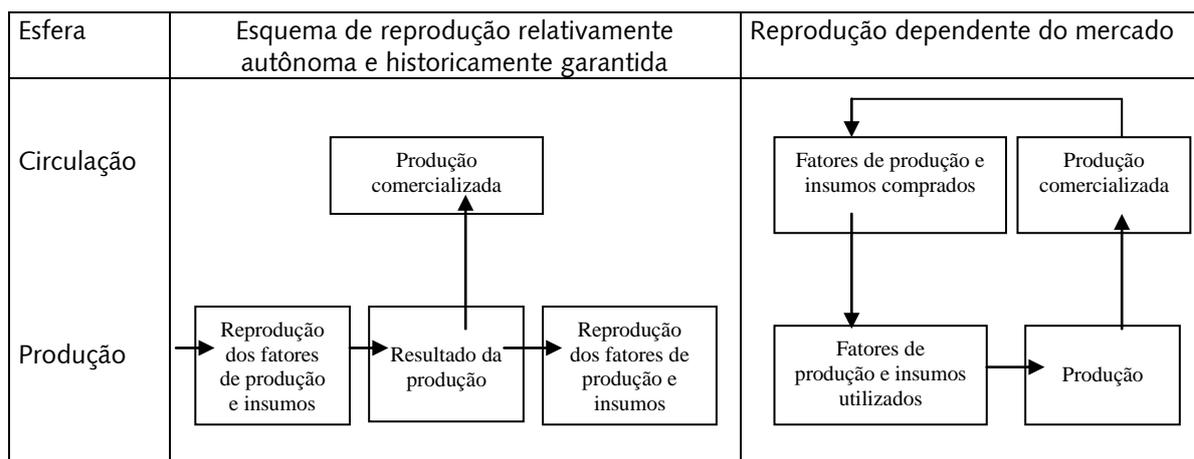


Figura 01. Reprodução autônoma (agricultura camponesa) x reprodução dependente do mercado (agricultura familiar) nas esferas da produção e circulação.

Fonte: PLOEG (1992, p. 174). Adaptado pelos autores.

Recentemente o autor avançou na análise das diferentes formas e graus de mercantilização da agricultura familiar. Segundo Ploeg (2006), as diferenças básicas entre os modos de produção residem nas diferentes inter-relações entre agricultura e mercado e no ordenamento associado ao processo de produção agrícola, conforme pode-se observar na figura 02. As colunas PD (Produção Doméstica), PPM (Pequena Produção de Mercadorias) e PSM (Produção Simples de Mercadorias) demonstram os diferentes graus de mercantilização da agricultura familiar, com diferentes graus de interação com o mercado (compra de insumos e venda da produção) e diferentes objetivos. No entanto, o que é comum a todas elas é a força de trabalho familiar, que a distingue radicalmente da Produção Capitalista de Mercadorias (PCM). O que Abramovay (1992) chama de agricultura familiar altamente integrada ao mercado é o que Ploeg (2006) chamou de Produção Simples de Mercadorias, que obtém recursos do mercado, produz para o mercado com a finalidade de gerar renda, porém a base da força de trabalho é familiar. É justamente essa interpretação que ajuda a entender a permanência da agricultura familiar no interior do capitalismo. Essa integração com os mercados foi ampliada com o processo de modernização da agricultura.

Forma de produção de mercadoria	Doméstica (PD)	Pequena (PPM)	Simples (PSM)	Capitalista (PCM)
Resultado da produção	Não mercadoria	mercadoria	mercadoria	mercadoria
Outros recursos	Não mercadoria	Não mercadoria	mercadoria	mercadoria
Força de trabalho	Não mercadoria	Não mercadoria	Não mercadoria	mercadoria
Objetivos	auto abastecimento	sobrevivência	renda	mais-valia

Figura 02. Diferentes formas de produção mercantil.

Fonte: Ploeg (2006, p. 18). Adaptado pelos autores.

Wanderley (2009), analisando o processo de modernização da agricultura brasileira e de modernização do meio rural, faz uma análise das consequências para a agricultura familiar. Destaca que não ocorreu a decomposição anunciada do camponato e que a agricultura familiar, enquanto forma social de produção, “ocupa um lugar importante no cenário atual da economia e da sociedade brasileiras” (Wanderley, 2009, p. 185). A autora lança como hipótese que, “mais do que propriamente uma passagem irreversível e absoluta da condição de camponês tradicional para a de agricultor familiar “moderno”, teríamos que considerar, simultaneamente, pontos de ruptura e elementos de continuidade entre as duas categorias sociais”. Portanto, seria importante “considerar a capacidade de resistência e de adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos e sociais” (p. 189).

Mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino, e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando (...) as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido (...) a família continua sendo o objetivo

principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão (Wanderley, 2009, p. 189-190).

Assim, entre o que muda e o que permanece, Wanderley (2009) faz alguns destaques: a) é falsa a suposição de que os camponeses não estariam interessados em produzir além de suas necessidades, pois ficou provado que os agricultores familiares “podem demonstrar uma importante capacidade de investimento, tanto maior quanto são efetivamente integrados aos mercados modernos” (p. 291-192); b) mudança no princípio do rendimento indivisível, pois “ao se integrar ao mercado, nas condições modernas de produção, a unidade familiar introduz, em seu funcionamento, a necessidade de pagamentos diferenciados” (p. 192); c) em relação ao tempo, “enquanto o camponês tradicional enfatizava o “passado e suas tradições”, a agricultura moderna, ao introduzir a noção de progresso, transfere o primado ao futuro” (p. 192); d) a pluriatividade das famílias agrícolas, entendida como “uma estratégia da família, a fim de, diversificando suas atividades, fora do estabelecimento, assegurar a reprodução deste e sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família” (p. 193).

Qual o aprendizado com as argumentações anteriores? a) no Brasil a agricultura familiar é relevante do ponto de vista econômico e social; b) em função do processo de modernização da agricultura, que via de regra significa a ampliação das relações capitalistas na agricultura, esses agricultores se “metamorfosearam” através da crescente “mercantilização”; c) permaneceu o trabalho familiar; porém, sua reprodução social passa a ser influenciada pela sua relação (cada vez maior), com os mercados; d) portanto, o desafio passa a ser compreender a “morfologia” dos mercados da agricultura familiar. Nesse sentido, a construção de um quadro teórico-metodológico para compreender esse processo é um porto de partida. É o que será visto na próxima parte.

Agricultura Familiar e Mercados: instituições e enraizamento

Anteriormente discutiu-se como o processo de mercantilização metamorfoseia a agricultura familiar. Agora, é importante entender quais são esses mercados e a sua “morfologia”. Para tanto, uma contribuição original é a de Wilkinson (2008). De acordo com o autor, “podemos identificar pelo menos quatro formas tradicionais de acesso aos mercados: acesso direto, sobretudo no caso do mercado local (informal); intermediação via atravessador; integração com a agroindústria e compras por parte do poder público” (p. 16). E na sequência apresenta um quadro com uma tipologia de mercados e seus respectivos perfis e desafios (Figura 03).

Os mercados constituem uma das formas de interação da agricultura familiar com o restante da sociedade. Por um lado, existe uma visão dominante de que os agricultores são totalmente dependentes do mercado, e, por outro, uma visão alternativa de que os mercados são construções sociais. Entende-se que essas duas perspectivas sobre o mercado constituem a tese e a antítese. Dialeticamente,

será necessário avançar para uma síntese que considera aspectos relevantes das duas abordagens, procurando compreender o peso das instituições e a capacidade dos atores no funcionamento dos mercados.

Mercado	Perfil	Desafios
<i>Commodities</i>	Velhos e Novos Mercados Locais e a Distância	Padronização, Legislação, Qualidade Mínima e Escala
Especialidades	Discriminado por Grau de Associação com a Localidade / Tradição	Concorrência de Novos Entrantes
Orgânicos	Grau de associação à Saúde e/ou a um Modo Específico de Produção	Certificação, Escala, Pesquisa
Artesanais	Denominação de Origem ou não	Qualidade, Normas Técnicas, Autenticidade, Ação Coletiva
Solidários	Identificação ou não com a Agricultura Familiar, Mercados de Alta e Baixa Renda	Escala, Variabilidade, Qualidade
Institucionais	Licitações, Oferta para Varejo	Qualidade, Variabilidade, Escala

Figura 03. Uma tipologia de mercados para agricultura familiar.

Fonte: Wilkinson (2008, p. 17).

Outro aspecto a ser considerado é que o mercado não é uma criação do capitalismo, ou seja, as pessoas sempre trocaram mercadorias e serviços. Portanto, o mercado não é uma expressão unicamente do modo de produção capitalista. Capitalismo e mercado não são sinônimos. Ocorre que as relações capitalistas intensificaram as trocas mercantis que já existiam. Polanyi (1976) destaca que as relações econômicas não estão deslocadas das relações sociais, o que o autor chamou de *embeddedness*, ou seja, as relações econômicas estão imersas, enraizadas nas relações sociais, e que, portanto, os mercados são construções sociais. Isso remete para uma reflexão sobre o que é o mercado.

Bromley (1997) argumenta que o mercado não é um mecanismo para fazer escolhas sociais. Para o autor, os mercados são meios construídos socialmente e refletem muitas escolhas individuais que agregadas possuem implicações sociais⁴.

Hodgson (1994) um autor institucionalista contemporâneo salienta a necessidade de definir o mercado em relação a um conjunto de instituições, indo além da definição simplista de que o mercado é um local onde se trocam mercadorias.

Definiremos aqui o mercado como um conjunto de instituições sociais em que se verifica normalmente um grande número de trocas de mercadorias de um tipo específico, sendo essas trocas facilitadas e estruturadas por essas instituições. A troca, como já referimos, implica acordo contratual e intercâmbio de direitos de propriedade, e o mercado consiste, em parte, de mecanismos para estruturar, organizar e legitimar essas atividades. Em resumo, os mercados são trocas organizadas e

⁴ "(...) *the market is not a mechanism for making social choices. Markets, which are socially constructed means whereby the ownership of future value changes hands, simply reflect many individual choices that, once aggregated, hold social implications*" (Bromley, 1997, p. 1383).

institucionalizadas. A ênfase é conferida às instituições de mercado que ajudam a regular e a estabelecer consensos sobre os preços e, de uma forma mais geral, a comunicar informação quanto aos produtos, preços, quantidades, compradores potenciais e vendedores potenciais (HODGSON, 1994, p. 175).

De modo geral, os pressupostos da economia neoclássica enfatizam que o consumidor é racional; o mercado funciona sozinho; os preços são determinados pelo mercado não importando o papel das organizações; as instituições são dadas, neutras no processo. Para Steiner (2006), a economia se apoia em duas premissas teóricas equivocadas: 1) os indivíduos agem a partir de uma situação de informação perfeita sobre os sinais emitidos pelo repertório de preços do mercado; 2) os atores agem sem nenhum grau de incerteza quanto às qualidades e às propriedades dos bens de um mercado, ou quanto ao cenário futuro.

Entretanto, essa percepção da economia neoclássica nos parece incompleta, uma vez que não dá a devida importância ao papel desempenhado pelas instituições e à ação social. Nesse sentido, é preciso buscar outros elementos para compreender os mercados, e acredita-se que tanto a Nova Economia Institucional e a Nova Sociologia Econômica trazem elementos que podem ajudar nesse objetivo. É o que será apresentado agora tentando fazer uma breve digressão sobre essas duas abordagens.

De acordo com Siman, Conceição e Filippi (2006), a Nova Economia Institucional (NEI) tem em Douglas North seu principal representante, que questiona os postulados clássicos da teoria neoclássica (informação completa, racionalidade dos agentes, mercados perfeitos) e sugere que a teoria neoclássica deveria incorporar as instituições para tornar seu arcabouço teórico mais realista.

Portanto, o principal interlocutor para compreender o funcionamento dos mercados será Douglass North. De acordo com Fiani (2003) a questão central do pensamento desse autor é o papel institucional do Estado. Rejeita a teoria neoclássica e “o interesse fundamental para North, ao estudar a história econômica, é explicar as suas instituições como determinantes do desempenho econômico das sociedades” (FIANI, 2003, p. 136). “Com efeito, o problema da permanência de instituições que desfavorecem o crescimento econômico é uma das preocupações centrais” (p. 137).

O desempenho econômico é função das instituições e de sua evolução. Juntamente com a tecnologia empregada, elas determinam os custos de transação e produção. As instituições constituem as regras do jogo numa sociedade; mais formalmente, representam os limites estabelecidos pelo homem para disciplinar as interações humanas. Conseqüentemente, e em compensação, estruturam incentivos de natureza política, social e econômica (NORTH, 1994b, p. 07).

Nessa abordagem, o conceito de custos de transação de Ronald Coase é central. Os custos de transação referem-se a despesas com atores que não estão

diretamente envolvidos com a produção (como por exemplo, advogados, banqueiros, contadores, funcionários de escritório, contramestres, gerentes e políticos), mas estão envolvidos com as transações e são essenciais para a operação e coordenação do sistema econômico (NORTH, 1994b). Os custos de transação podem ser entendidos então como os custos para administrar o sistema econômico.

O custo da qualificação dos atributos de valor dos bens e serviços ou do desempenho dos agentes é a chave dos custos de transação. Esse valor provém dos diversos atributos do bem ou serviço ou, no caso do desempenho do agente, das inúmeras atividades isoladas que constituem esse desempenho. (...) A segunda variável do custo do processo de troca é o tamanho do mercado que determina se o intercâmbio é pessoal ou impessoal. (...) A terceira variável é o cumprimento de obrigações assumidas. (...) Atitudes ideológicas e percepções – a quarta variável – também têm peso. (...) Um mercado eficiente é consequência de instituições que, em determinado momento, oferecem avaliação e execução contratuais de baixo custo (NORTH, 1994b, p. 08-10).

O que são então, as instituições? Para responder essa pergunta Douglass North faz uma distinção entre instituições e organizações:

As instituições compreendem regras formais, limitações informais (normas de comportamento, convenções e códigos de conduta auto-impostos) e os mecanismos responsáveis pela eficácia desses dois tipos de normas. Em suma, constituem o arcabouço imposto pelo ser humano a seu relacionamento com os outros. (...) As instituições, aliadas à tecnologia empregada, afetam os custos de transação e transformação (produção). Se as instituições constituem as regras do jogo, as organizações são os jogadores. As organizações compõem-se de grupos de indivíduos dedicados à alguma atividade executada com determinado fim. As limitações impostas pelo contexto institucional (ao lado de outras restrições normais em qualquer economia) definem o conjunto de oportunidades e, portanto, o tipo de organizações que serão criadas. Conforme a função objetiva da organização (...) buscam adquirir conhecimentos e especialização que reforcem suas possibilidades de sobrevivência em um ambiente de onipresente competição (NORTH, 1994b, p. 11-2).

No que se refere à mudança institucional, é preciso considerar que: a) os agentes da mudança são aqueles que decidem nas organizações e suas opções são determinadas por suas percepções subjetivas; b) as fontes de mudança são as oportunidades percebidas; c) o processo de mudança é gradativo; d) a direção da mudança é determinada pela dependência do curso adotado (NORTH, 1994b).

A ignorância dos eleitores, informações incompletas e a resultante prevalência de estereótipos ideológicos como base dos modelos subjetivos elaborados pelas pessoas para explicar seu meio ambiente e fundamentar suas escolhas levam à formação de mercados políticos que podem perpetuar, como perpetuam, as instituições improdutivas e suas respectivas organizações (NORTH, 1994b, p. 17).

Na tentativa de estruturar um arcabouço institucional, ou seja, para uma aplicação deste referencial teórico, North (1994b) propõe três eixos para chegar num modelo ideal: a) as restrições institucionais (as estruturas institucionais oferecem incentivos positivos para a criação de oportunidades); b) o processamento da informação (qual é o perfil da economia, quais são seus custos de transação e quais as instituições responsáveis por tais custos? Quais são os modelos mentais dos atores, ou seja, como encaram os problemas?); c) as organizações (empresários políticos e eleitorado).

As organizações políticas e econômicas de uma nação e seus empresários tomam as decisões que determinam o desempenho econômico, sendo limitadas pelo arcabouço institucional e pelos construtos mentais que orientam a forma pela qual processam as informações que recebem. (...) É preciso mudar tanto as instituições como as percepções ideológicas de seus membros (NORTH, 1994b, p. 27-8).

Costa e Futemma (2006) apresentam, de forma sucinta, uma interessante estrutura conceitual para ser utilizada na pesquisa. Com base na obra clássica de North (1990), destacam os principais conceitos da economia institucional: instituições; organizações; implementação ou o fazer cumprir as normas e contratos (*enforcement*); direitos de propriedade; custos de transação; dependência do caminho (*path dependence*); agentes; cooperação.

Para compreender os mercados da agricultura familiar, a NEI traz alguns elementos importantes: a) questionamento da ideia de equilíbrio geral da economia neoclássica, uma vez que os mercados são imperfeitos e as informações entre os agentes são assimétricas (por exemplo, numa relação de integração, muito típica na região Oeste de Santa Catarina com produtores de suínos e aves); b) nem tudo é racionalidade econômica, pois um consumidor pode optar por um produto orgânico em função da sua preocupação com o meio ambiente, sua saúde, ou mesmo, por uma motivação sociocultural (valorizando comprar diretamente dos produtores em função de relações de confiança e amizade); c) as instituições (regras formais e informais) possuem grande significado na tomada de decisão (como por exemplo, o fato de determinados povos não consumirem alguns tipos de carne por questões religiosas e culturais); e) os custos de transação importam (será que isso não ajuda a entender por que as empresas integradoras possuem uma certa preferência por produtores familiares ao invés de grandes propriedades capitalistas?).

Na Nova Sociologia Econômica (NSE), para compreender o funcionamento dos mercados, o principal interlocutor será Mark Granovetter. De acordo com Wilkinson (2008, p. 86), é no artigo de 1985 (Granovetter, 1985) que o autor “explora o conceito fundador da sociologia econômica: enraizamento”. As relações econômicas não são uma estrutura externa aos indivíduos como acreditavam os neoclássicos, mas estão enraizadas nas relações sociais.

A Sociologia Econômica, de acordo com Steiner (2006, p. 03), “assume uma postura crítica em relação à teoria econômica fundada no comportamento de um agente econômico não socializado, onisciente e movido unicamente pela busca do ganho máximo (o famoso *homo oeconomicus*)”.

De acordo com Ferreira (2007), o objeto científico da sociologia econômica é de natureza socioeconômica e focaliza o mercado de trabalho, a teoria das redes, a teoria das organizações e integra os conhecimentos do institucionalismo, da cultura, da antropologia e da história. Baseando-se em autores como Durkeim, Weber, Polanyi e Granovetter, destaca que a sociologia econômica “estuda as atitudes econômicas de produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços incrustados em estruturas sociais e relações sociais” (FERREIRA, 2007).

A chamada Sociologia Econômica, “de acordo com Mark Granovetter, tem duas ideias básicas como ponto de partida: (a) a ação econômica é socialmente situada e não pode ser explicada apenas por motivos individuais; (b) as instituições econômicas são socialmente construídas” (MARTES, DURAND; ABRAMOVAY, 2006, p. xi).

Granovetter (2007) faz uma advertência crítica sobre as concepções “supersocializada” e “subsocilizada”. Para o autor, na sociologia moderna o homem é visto de forma supersocializada, ou seja, “uma concepção das pessoas como decisivamente sensíveis às opiniões dos outros e, portanto, obedientes às diretrizes ditadas por sistemas consensualmente desenvolvidos de normas e valores” (p. 04). Já a economia clássica e neoclássica se baseia numa concepção subsocializada, pois “os argumentos teóricos rejeitam por hipótese todo o impacto da estrutura social e das relações sociais sobre a produção, a distribuição e o consumo” (p. 05). Diante desse impasse entre tese e antítese, o autor propõe uma nova síntese, uma “visão de imersão” que altera a abordagem teórica e empírica sobre o comportamento econômico:

Uma análise proveitosa da ação humana implica que evitemos a atomização implícita nos extremos teóricos das concepções sub- e supersocializadas. Os atores não se comportam nem tomam decisões como átomos fora de um contexto social, e nem adotam de forma servil um roteiro escrito para eles pela intersecção específica de categorias sociais que eles porventura ocupem. Em vez disso, suas tentativas de realizar ações com propósito estão imersas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais (GRANOVETTER, 2007, P. 09).

Para Granovetter (2007), “o argumento da imersão enfatiza, por sua vez, o papel das relações pessoais concretas e as estruturas (ou “redes”) dessas relações na origem da confiança e no desencorajamento da má-fé” (p. 12). Para o autor, “a maior parte do comportamento está profundamente imersa em redes de relações interpessoais” (p. 29), sustentando que “essa abordagem evita os extremos das visões sub e supersocializadas da ação humana” (p. 29).

De acordo com Steiner (2006), a sociologia econômica se desenvolve em torno de três dimensões: 1) são as relações que influenciam as ocorrências econômicas, ou seja, “construção social das relações econômicas”; 2) uma dimensão analítica para explicar a formação das variáveis mercantis como preço, renda e volume de emprego; 3) uma dimensão cultural e cognitiva. Para o autor, a Nova Sociologia Econômica está associada aos trabalhos de Mark Granovetter e adota a seguinte definição:

Minha definição da sociologia econômica apóia-se em duas proposições sociológicas fundamentais: em primeiro lugar, a ação é sempre socialmente localizada e não pode ser explicada, fazendo-se referência, apenas, aos motivos individuais que possam tê-la ensejado; em segundo lugar, as instituições sociais não brotam automaticamente, tomando uma forma incontornável; elas são construídas socialmente (GRANOVETTER, 1990, p. 95-6 *apud* STEINER, 2006, P. 27-8).

Referindo-se à construção social das relações mercantis, Steiner (2006) argumenta que:

Os mercados não são resultado de um arranjo espontâneo de agentes econômicos que procuram otimizar as formas de suas transações mercantis: estas últimas são o resultado de um conjunto não coordenado de decisões institucionais (políticas, jurídicas, econômicas), de relações pessoais e culturais que sofrem e veiculam as contingências da história (STEINER, 2006, p. 75).

Nesse sentido o contexto social no qual as relações mercantis estão inseridas é crucial. No contexto social existem redes que influenciam no funcionamento dos mercados. A rede “é um conjunto de atores ligados por uma relação”, “é uma forma de interação social que põe os atores em contato” (p. 77). Portanto, o mercado é entendido como “lugar abstrato de articulação entre agentes”, “o fato econômico é um fato social” e “estas relações oferecem acesso a recursos” (p. 106).

A contribuição de Granovetter, portanto, desdobra-se em três níveis. Em primeiro lugar, a reinterpretação de *embeddedness* em termos de redes sociais permite demonstrar a maneira em que a ação econômica é permanentemente filtrada por relações sociais. Em segundo lugar, essa noção de redes sociais é desdobrada em uma tipologia que permite correlacionar distintos padrões de comportamento econômico com

determinados tipos de redes. E, finalmente, a noção da “força de laços fracos” permite analisar a relação entre as redes e o papel estratégico da posição de atores nessas redes (WILKINSON, 2008, p. 93).

De modo geral, o que nos ensina a NSE para pensar os mercados da agricultura familiar? a) do mesmo modo como a NEI, faz uma crítica à racionalidade puramente econômica dos indivíduos, que possuem, também, outras motivações para tomar decisões; b) o mercado (como relação econômica) não é algo externo ao ser humano, mas é construído pelas pessoas nas suas relações; c) se o mercado é uma construção social, então não pode ser entendido unicamente pelas motivações individuais dos agentes; d) entender os mercados como redes de relações entre os indivíduos mediados por instituições; e) as instituições também são construções sociais. Os dois últimos aspectos remetem para uma possível complementaridade entre a NEI e a NSE. Entende-se que a reprodução social da agricultura familiar é fortemente influenciada pela sua relação com diferentes tipos de mercados, com diferentes graus de mercantilização e de dependência, influenciados por um conjunto de instituições (regras formais e informais). Essas relações econômicas estão enraizadas nas relações sociais; assim, os mercados são entendidos como construções sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste ensaio teórico apresentou-se um conjunto de elementos para pensar os mercados da agricultura familiar, entre os quais, destacam-se: a) pensar a reprodução social da agricultura familiar a partir das suas condições materiais e estar atento às particularidades históricas; b) a agricultura familiar não é “avessa” ao capitalismo e sua reprodução social possui ligação com os obstáculos naturais e a mão de obra familiar (produção simples de mercadorias); c) não considerar apenas o ambiente macroestrutural, mas, também, os indivíduos / famílias que possuem motivações e estratégias de resistência; d) considerar que, no Brasil, a relação dos agricultores familiares com os mercados faz parte da história; não é algo posterior; f) quanto mais a agricultura se mercantiliza, mais amplia sua dependência dessa relação; g) existem diferentes graus de mercantilização, mas permanece a lógica do trabalho familiar; h) existem diferentes tipos de mercados acessados pelos agricultores familiares; i) na análise desses mercados, é fundamental considerar o papel das instituições e o processo de enraizamento das relações econômicas na sociedade.

Diante desse panorama, o objetivo do ensaio foi procurar elementos teórico-metodológicos que possam servir de base para compreender a complexidade do processo de mercantilização, procurando entender de que forma o quadro analítico da Nova Sociologia Econômica e da Nova Economia Institucional poderiam contribuir para a análise dos mercados? É essa questão que será analisada na sequência com base na estrutura proposta na figura 04.

A unidade de análise são as transações, que constituem uma forma de interação humana, e por que não dizer, são a essência dos mercados, uma relação de troca entre indivíduos, entre organizações ou, ainda, entre indivíduos e organizações. Essa transação ocorre num ambiente de profunda incerteza em função da racionalidade limitada dos agentes, da existência de informações assimétricas e incompletas, custos de transação, conflitos e disputas por poder, bem como do comportamento oportunista dos agentes. A função das instituições é justamente reduzir as incertezas nas transações (motivando ou restringindo comportamentos). As instituições são formadas por regras formais, regras informais e a sua aplicação. No processo histórico de evolução dos mercados, as instituições funcionam como informação que molda o comportamento dos indivíduos nas transações. Por outro lado, indivíduos e organizações modificam e criam instituições. Nesse processo, algumas instituições permanecem (causação cumulativa) e novas são criadas (propriedades emergentes); porém, existe uma grande dependência do quadro institucional existente (*path dependence*).

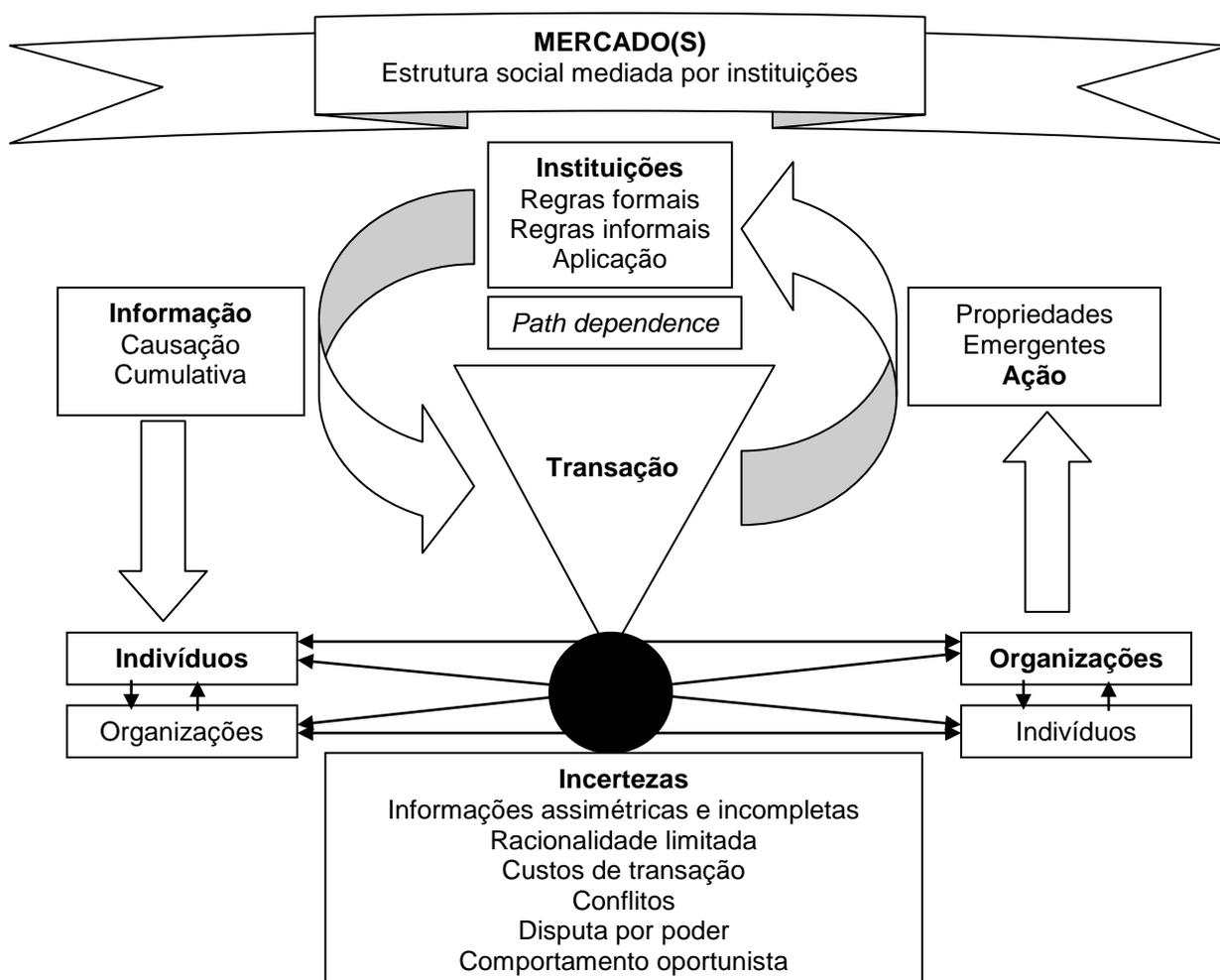


Figura 04. Esquema analítico para a análise dos mercados da agricultura familiar.

Os mercados, portanto, são essa estrutura complexa e, para compreendê-lo, a Nova Sociologia Econômica e a Nova Economia Institucional fornecem algumas pistas: i) metodologicamente, é interessante compreender as regras do jogo (instituições) e quais são os jogadores (organizações) envolvidos no processo de transação; ii) as regras formais podem ser analisadas através das normas, leis e contratos formais que regulamentam o mercado; iii) por sua vez, as regras informais precisam ser buscadas nos hábitos, nas crenças e nos costumes, ou seja, na cultura dos indivíduos; iv) não basta saber quais são as regras, é necessário também conhecer de que forma elas são aplicadas e moldam o comportamento; v) é importante conhecer o processo histórico de formação e evolução dos mercados e analisar como as instituições foram sendo construídas, mantidas ou modificadas; vi) os mercados são construções sociais e as relações econômicas estão enraizadas nas relações sociais e não o contrário.

Enfim, procurou-se demonstrar no decorrer deste ensaio que uma das facetas importantes para analisar a reprodução social da agricultura familiar e os processos de desenvolvimento rural passa pela compreensão das relações mercantis. Diante da insuficiência do arcabouço teórico neoclássico procurou-se apresentar elementos explicativos mais consistentes, nomeadamente o conceito de instituições e enraizamento. Evidente que é um exercício teórico de construção de um quadro e os próximos desafios são de ordem empírica para averiguar sua capacidade explicativa da realidade.

CAPITALISM, FAMILY AGRICULTURE AND MARKETS

ABSTRACT

The aim of this paper is to review some approaches to family agriculture and the process of commercialization, as well as seek contemporary theoretical contributions to understand that form of social production with markets. It is a theoretical essay and as main conclusion it is highlighted the important contributions of the New Institutional Economics and New Economic Sociology, which, through the concepts of institutions and rooting, explain the relationship of family agriculture with markets.

Keywords: Socioeconomic Theory, Family Agriculture, Markets, New Institutional Economics, Institutions, New Economic Sociology, Rooting.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo / Rio de Janeiro / Campinas: Hucitec / Anpocs / Unicamp, 1992.

_____. Uma nova extensão rural para a agricultura familiar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Brasília, DF. *Anais...*, 1997.

- _____. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. *Tempo Social*. v. 16, n. 2, nov, 2004. pp. 35-64.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário 2006*. Brasília: MDA, 2009.
- BROMLEY, D. W. Rethinking markets. *American Journal of Agricultural Economics*. 79, n. 5, 1997. p. 1383-93.
- CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- COSTA, R. C. da; FUTEMMA, C. R. T. Racionalidade com compromisso: os assentados do Ribeirão Bonito (Teodoro Sampaio – SP) e o projeto de conservação ambiental. *Ambiente & Sociedade*.v. IX n. 1 jan./jun, 2006. pp. 127-48.
- ELLIS, F. *Peasants Economics – Farm Households and Agrarian Development*. Cambridge University: Cambridge, 1988.
- FAO/INCRA. *Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico*. Brasília: Projeto UTF/BRA/036/BRA, 1996.
- FERNANDES, R. C. (org.). *Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os Populistas Russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FERREIRA, J. M. C. Atualidade da contribuição do objeto científico da sociologia econômica. *RAE-eletrônica*. v. 6, n. 1, jan/jun, 2007.
- FIANI, R. Estado e economia no institucionalismo de Douglass North. *Revista de Economia Política*. v. 23, n. 2 (90), abril / junho, 2003. pp. 135-49.
- GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*. v. 91, n. 3, nov, 1985. pp.481-510.
- _____. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *RAE – eletrônica*. v. 6, n. 1. jan/jun, 2007.
- HODGSON, G. *Economia e instituições: manifesto por uma economia institucionalista moderna*. Oeiras: Celta, 1994.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo agropecuário 2006: agricultura familiar – primeiros resultados – Brasil, grandes regiões e unidades da federação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.
- JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. *Cadernos de Sociologia*. Porto Alegre, v. 6, 1994. pp. 51-75.
- LAMARCHE, H. (coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional: uma realidade multiforme*. v. 1. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.
- _____. *A agricultura familiar: comparação internacional: do mito à realidade*. v. 2. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999.
- LÊNIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

- KAUTSKY, K. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- MARTES, A. C. B.; DURAND, M. R. L.; ABRAMOVAY, R. Apresentação à edição brasileira. In: STEINER, Philippe. *A sociologia econômica*. São Paulo: Atlas, 2006. pp. ix-xii.
- MARX, K. *O capital: o processo global de produção capitalista*. São Paulo: Difel, 1982.
- _____. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MENDRAS, H. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- MITRANY, D. *Marx contra os camponeses*. Rio de Janeiro: Ipanema, 1957.
- NORTH, D. C. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- _____. Economic performance through time. *The American Economic Review*. v. 84, n. 3, jun, 1994a. pp. 359-68.
- _____. *Custos de transação, instituições e desempenho econômico*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994b.
- PLEIN, C. *As metamorfoses da agricultura familiar: o caso do município de Iporã d' Oeste, Santa Catarina*. Porto Alegre; UFRGS/PGDR, 2003. [dissertação de mestrado].
- PLEIN, C.; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e mercantilização. In: CASTILHO, Mara Lucy; RAMOS, José Maria (editores). *Agronegócio e desenvolvimento sustentável*. Francisco Beltrão: Calgan, 2003.
- PLOEG, J. D. V. D. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, Eduardo Sevilla. *Ecología, campesinato y historia*. Las Ediciones de la Piqueta, 1992. p. 135-195.
- _____. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sergio (org.) *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 13-54.
- POLANYI, K. El mercado em la teoría y la historia. In: POLANYI, Karl, ARENSBERG, Conrad M. e PEARSON, Harry W. (org.). *Comercio y mercado en los imperios antiguos*. Barcelona: Labor, 1976, pp. 405-420.
- PORTO, M. S. G.; SIQUEIRA, D. E. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. *Cadernos de Sociologia*. Porto Alegre, v. 6, 1994. p.76-88
- SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e pluriatividade*. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1999. [Tese de doutorado].
- _____. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SIMAN, R. F.; CONCEIÇÃO, O. A. C.; FILIPPI, E. E. A economia institucional: em busca de uma teoria do desenvolvimento rural. *Perspectiva Econômica*. v. 2, n. 2. jul/dez, 2006. pp. 37-55.

STEINER, P. *A sociologia econômica*. São Paulo: Atlas, 2006.

VEIGA, J. E. da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Hucitec, 1991.

WANDERLEY, M. N. B. *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

WEBER, M. Capitalismo e sociedade rural na Alemanha. In: _____. *Ensaio de sociologia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. pp. 413-437.

WILKINSON, J. *Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.